

PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR
órgão central de planejamento OCEPLAN

ISP-70
ex.1
602



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR
ORGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO - OCEPLAN

GT - ABASTECIMENTO ALIMENTAR

PROGRAMA DA IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO
ABASTECIMENTO ALIMENTAR DA RMS - CONDER.

ANÁLISE DO PROGRAMA

Dezembro/77

ISP-70

PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
602	11/05/92	
N.º Reg	Data	



PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR DA RMS - CONDER

ANÁLISE DO PROGRAMA

1. INTRODUÇÃO

A política econômica para o abastecimento alimentar da RMS, que vem sendo desenvolvida pela CONDER, gerou o Programa de Implantação de Infra-Estrutura Operacional do Abastecimento Alimentar da RMS que visa em linhas gerais, implantar estratégias de intervenção governamental de apoio a produção, comercialização, assim como a realização setorial de uma rede varejistas.

Esse programa, apesar de ter "estudado e equacionado o problema do abastecimento alimentar", assim como "elaborou projetos de aplicação imediata para uma rede de feiras modernas estrategicamente localizadas em bairros de Salvador", além de se prender unicamente ao município de Salvador, resente de uma análise mais coerente da situação por não ter levado em consideração de forma mais racional, o problema da posição econômica atual das feiras e mercados.

Por outro lado, se faz necessário de forma bastante ampla, que se defina em linhas gerais, a participação efetiva da PCS, já que os fenômenos do abastecimento alimentar que ocor



re no interior do espaço urbano municipal mantêm estreita relação com os problemas de desenvolvimento urbano como um processo e estão sujeitos a questões do âmbito do Poder Municipal.

Como sabemos, a distribuição espacial homogênea na Cidade, da oferta de produtos alimentares, constitui área de envolvimento do Governo Municipal; a sua envolvimento no abastecimento alimentar se situa "desde a definição de normas e regulamentações, fiscalização e implantação de equipamentos até a exploração destes"⁽¹⁾.

2. A QUESTÃO DO ABASTECIMENTO

2.1 Apoiada no conhecimento das principais características e tendências do comércio de alimentos da RMS, baseadas na pesquisa "Estudo de Comercialização de Alimentos na RMS", a CONDER formulou os objetivos do Programa que se constitui o contexto de uma política de abastecimento alimentar.

Assim se resumem as principais características e tendências do Comércio Alimentar da RMS:

- Crescente oligopolização ao nível do atacado que a criação da CEASA, não conseguiu evitar, agravou.

(1) Prefeitura da Cidade do Salvador. Posicionamento e indicações quanto a participação da Prefeitura no abastecimento alimentar da cidade do Salvador, 1975.



- Desenvolvimento de uma cadeia de equipamentos modernos de auto-serviço a nível de varejo, com caráter monopolístico paralelo a formas rudimentares de varejo - mercadinhos e quitandas. Processo acompanhado pela descaracterização das feiras fixas e pelo surgimento das feiras móveis.
- Processo de marginalização dos atacadistas que tem diminuída sua importância na comercialização dos produtos de cesta básica, em função da crescente oligopolização.
- Idade funcional dos estabelecimentos.
- Pouca utilização do crédito bancário.

Na pesquisa "Estudo da Comercialização de Alimentos na RMS", chegou-se as seguintes categorias de agentes:

- atacadistas;
- atacadistas e varejistas;
- supermercados;
- varejo I;
- varejo II;
- feirantes de feiras fixas;
- feirantes de feiras móveis.

2.2 Algumas considerações sobre essas categorias

Existe um grau de integração vertical entre os atacadistas e outros tipos de estabelecimento do Comércio de Alimentos da RMS. Por outro lado, há uma certa estrutura da "rede"



que a partir do atacadista alcança sucessivamente outros es
tágios do processo dando-lhe um razoável poder no comércio
de alimentos.

Quanto aos atacadistas e varejistas, trata-se provavelmente
de "atacadistas" que realizam negócios com clientes muito
especiais, que são intitulados de varejo simplesmente por
não se tratar de vendas aos consumidores. Sua importância é
mínima.

Os supermercados se constituem numa rede de integração hori
zontal, que pode dar lugar pelo menos a um controle espacial
da oferta aos consumidores, hipótese que deve ser consideraa
da numa política de abastecimento.

Os supermercados apresentam-se com absoluta importância na
distribuição dos produtos alimentares da RMS. Essa catego
ria comercializa todos os produtos da "Cesta básica", com a
única exceção do peixe fresco.

Varejo I e II, corresponde ao tamanho físico dos estabeleci
mentos, quanto as distinções de funções e característica
(maior concentração).

No varejo I a percentagem dos que comercializam os produtos
da "Cesta básica" é bastante alta, confirmando a importân
cia do varejo I na comercialização dos produtos da dieta po
pular.

No varejo II encontra-se a percentagem mais alta dos estabe
lecimentos que comerciam frutas e verduras.



As "feiras fixas", categoria que so existe em Salvador, corresponde a um misto de atacado e varejo, são as que se encontrou nos mercados tradicionais da cidade. 21% dos estabelecimentos se encontram nessa categoria, reforçando a hipotese da importância desses tipos de estabelecimentos no abastecimento alimentar.

Nas feiras fixas, a incidência dos produtos da "Cesta básica" é praticamente baixa, mas acusam a comercialização de todos os produtos, com exceção do leite fresco.

Quanto as feiras móveis (os feirantes é que são móveis) estas revelam-se apenas para uns poucos produtos da "Cesta básica".

2.3 Sobre o desempenho e o papel dos agentes

Chegou-se a conclusão que, apesar da expansão dos supermercados, os atacadistas constituem ainda uma categoria com grande poder de decisão e que revitaliza-se com a proliferação do pequeno comércio varejista, situação que não conduz a uma melhoria de produtividade do atacado; persiste as condições de operação - falta de crédito, precária infra-estrutura de armazenagem e frigorificação.

Os supermercados constituem uma rede monopolística, atingindo as camadas de média e alta renda, desempenhando um papel mais ou menos importante, em função da qualidade do serviço que presta, mas sem vantagens nem benefícios para o consumidor final em termos de economia de escala.



O varejo I, (as feiras) e o varejo II constituem os equipamentos com o maior percentual competitivo, quanto a formação de preços, como também quanto às possibilidades que oferecem de contribuir para uma melhoria do abastecimento das amplas camadas populacionais de baixa renda.

O fator preço, não é suficiente para assegurar ou manter poder de competição no mercado, pois como sabemos, a variável mais importante aí é o nível de renda, conquanto, sabemos que a demanda deverá ser compatível com os orçamentos familiares.

As conclusões no que diz respeito as feiras móveis levaram em conta apenas as condições de operação, esquecendo o principal fator que é a oferta de produtos, sendo que, é de bom alvitre aproveitar a sugestão de "aumentar a diversificação de oferta nas feiras móveis, o que talvez possa ser alcançada mediante política fiscal apropriada".

Quanto as feiras fixas, conclui-se que essa categoria melhor se ajustaria a uma política de abastecimento alimentar voltada ao mesmo tempo, para uma melhoria de desempenho dos agentes e do suprimento do consumo popular.

2.4 A propósito das diretrizes

Propõe a partir do exposto, um corpo de diretrizes para nortear a ação do governo em matéria de abastecimento alimentar na RMS. São concernentes à esfera de comercialização e num outro sentido decisões quanto à uma política de produção, levando em conta programas de "substituição de importações" (importações do Centro Sul).



São as seguintes diretrizes propostas:

- 1) Promover a oferta de espaços adequados de comercialização varejistas, em áreas estrategicamente situadas, e a níveis de tarifas competitivos.
- 2) Paralelamente à oferta de espaços, desencadear uma ação voltada para melhorar as condições de abastecimento alimentar das amplas camadas populares, atarvês do estímulo a melhoria das condições de operação dos agentes varejistas que atendem as camadas de baixa renda.
- 3) Estimular redes concorrentes de auto-serviço.
- 4) Programas de crédito ao comércio de aliemntos, para dar suporte aos programas de melhoria das condições de operação da rede varejista.
- 5) Implantação de serviços de apoio ao comércio alimentar, na RMS, em termos de infra-estrutura de armazenagem, de conservação e beneficiamento, de classificação e padronização dos produtos.

O programa não explicita os critérios de escolha dos espaços a serem ofertados, assim como, qual será o destino das feiras móveis já existentes, uma vez que não se sabe qual a reação dos agentes diante de tais mudanças que implicarão necessariamente em várias mudanças nas rotinas de trabalhos destes.



3. OBJETIVOS DO PROGRAMA - TENTATIVA DE UMA ANÁLISE CRÍTICA

O programa constitui em si, a primeira aplicação concreta das diretrizes propostas, sendo que, analisaremos seus objetivos imediatos a seguir:

3.1 A "implantação em Salvador de uma rede de feiras livres modernas estrategicamente localizadas, capazes de atender a grandes concentrações populacionais, prioritariamente de baixa e média renda" se constitui num novo investimento, que demandará grande somas de recursos e tem um sentido de algo "novo", mas sem importância para a maioria dos feirantes, já que suas reivindicações básicas são, principalmente no sentido de uma intervenção mais agressiva do poder público nas feiras já existentes, proporcionando condições de limpeza, higiene etc.

Com o atual quadro de abastecimento alimentar em Salvador, é francamente possível se empreender modificações nas feiras, que propiciem melhorias na qualidade dos serviços por elas prestados. Seria mais importante no caso, promover melhorias nesses equipamentos, tais como obras de urbanização, ordenação, organização e implantação de rotinas de limpeza, todas consolidadas numa concepção geral das feiras da cidade.

3.2 O segundo objetivo será uma sequência do primeiro, pois se refere a "adoção de uma política de compras que assegure para cada equipamento da rede, o fornecimento regular dos pro



duto da "Cesta básica" de consumo" a usuários previamente selecionados, em condições tais que possibilitem a fixação de margens de comercialização remunerada, sem prejuízo do exercitamento de preços finais o consumidor em níveis efetivamente competitivos".

Essa "política de comprar" se destina a "usuários previamente selecionados" sem explicitar os critérios de seleção, fazendo crer que muitos feirantes ficarão marginalizados no processo de escolha. Sabemos que a maioria dos feirantes (O Estudo de Comercialização de Alimentos provou isso) não estão entrosados com os modernos métodos de comercialização, com baixa utilização do crédito bancário, serviços de armazenagem, serviços de frio, etc.

Os outros objetivos derivados desse Programa, que espera-se tenham um grande potencial de repercussão sócio-econômica.

- 1) A substituição progressiva das feiras móveis atuais, justificava pelo varejo de alto custo operacional e péssimas condições de operação, além do fator de estorvo ao desenvolvimento urbano.

Uma intervenção desse tipo, nos parece precipitado afirmar ser mais recomendável já que constitui por si só, precipitação quanto a consistência de um projeto dessa natureza, sem contar com a extrema complexidade social que envolve as feiras de Salvador.

- 2) Um outro objetivo derivado, é a viabilização, a médio ou curto prazo, da instalação de redes concorrentes de auto-serviços, através de reservas de áreas especialmente para este fim, nos equipamentos destinados a fixação das feiras, é uma questão subjetiva pelas próprias con

tradições que encerra, ou seja, da existência de um supermercado, mesmo que não tenha características monopolísticas, dentro de uma feira.

- 3) A questão de absorção de mão de obra no setor serviços, através da ampliação de novas oportunidades no comércio varejista de alimentos, será em função do sucesso do empreendimento, porém não está claro a questão da força de trabalho que já atua nas feiras móveis existentes, se será absorvida essa mão de obra, e ampliará a oferta de emprego no mercado.
- 4) A eliminação progressiva das sub-rêdes de intermediação existentes no comércio varejista de alimentos é sem dúvida um objetivo importante, porém o mais audacioso, sendo que, a luz dos estudos existentes, seria mais importante começar um trabalho desse tipo nas feiras existentes, atingindo o problema na raiz.

3.4 Das implicações e dos alcances dos objetivos ou o que será dos feirantes e consumidores

Justificando o Programa, em termos de promover oferta de equipamentos e desenvolver uma política de garantia de produtos da "Cesta básica de consumo", no sentido de representar na Bahia e no País a materialização de uma das diretrizes mais importantes da política nacional de abastecimento alimentar que está expressa no II PND, ou seja, o programa de formação de "cadeias de voluntários". Todavia essa oferta de equipamentos corresponderá apenas a esse novo investimento, assim como o programa de formação de "cadeias de voluntários" ficando de lado uma débil infra-estrutura que já existe e precisa ser melhorada.



Quanto a melhoria das condições de operação dos agentes, os responsáveis pelo abastecimento das camadas de baixa renda, a sua eficácia existirá na medida em que todo o sistema de comercialização seja reestruturado.

4. O SISTEMA PROPOSTO

4.1 Da localização das undiades da rede

Foram selecionadas sete áreas para localização dos equipamentos com critério de natureza sócio-econômica e física, com os pressupostos de atingir grandes concentrações populacionais, preferencialmente bairros com camadas sociais de média e baixa renda, além de serem bairros com potencial de expansão urbanística, porém foram incluídos bairros como o Canela, Vitória e Campo Grande que como sabemos são bairros onde concentram camadas sociais das mais altas rendas.

Demarcaram outras cinco áreas, objeto de uma segunda intervenção.

4.2 Considerações sobre as áreas

4.2.1 Liberdade

Os efetivos e as projeções demográficas justificam a escolha da área, assim como a distribuição de renda justifica a escolha da área pela equipe, porém, quanto ao aspecto da co



mercialização, com a predominância do tipo varejo I e II, mercadinhos e quitandas, assim como seu efeito valorizador, não se sabe as consequências da mudança e como se fará a intervenção.

4.2.2 Rio Vermelho

As justificativas em termos de efetivos e projeções demográficas também são consideradas aqui; quanto a distribuição de renda a situação se encontra conflitante.

O fluxo de comercialização atualmente polarizado pelo Rio Vermelho, pelas feiras fixas um pouco pelas feiras móveis e sobretudo pelos supermercados, provavelmente se ressentirá da mudança.

4.2.3 Alagados

O aglomerado possui uma das maiores densidades demográficas de Salvador, assim como faixa de renda baixa e homogênea. Esse aglomerado se abastece basicamente em São Joaquim, o que vai se constituir um problema de mudanças do comportamento dos consumidores e agentes.

4.2.4 Politeama

Apresenta uma densidade demográfica bastante alta, porém a distribuição de renda forma dois blocos distintos, em que predominam as classes de alta renda, para em seguida aparecer a participação da classe média.



A existência de equipamentos de abastecimento alimentar, sobretudo os supermercados, assim como feira e comércio do Largo 2 de Julho, ainda do Forte de São Pedro, faz crer que esses equipamentos continuarão a exercer um grande poder de atração.

4.2.5 Brotas (Engenho Velho)

Apresenta alta densidade populacional, com dois grupos de renda; um com maior predominância da classe média e outro maior contingente populacional nas faixas de baixas rendas.

Além das lojas de supermercados, predominam os estabelecimentos de Varejo I e II, o que nos leva a conclusões anteriores que tivemos sobre outras áreas com as mesmas características.

4.2.6 Pau da Lima

As densidades demográficas nesta área não revelam grandes concentrações, porém a distribuição de população nas faixas de renda é bastante concentrada nas classes de baixa renda, com 70% das famílias em 1974 ganhando menos de Cr\$ 1.000,00.

O equipamento mais difundido são do varejo I e II sendo que a preferência pela feira de São Joaquim é o fator que mais se constituirá num problema de mudanças do comportamento dos consumidores e agentes.



4.2.7 Cabula

Apresenta dois grupos de densidade populacional, um densamente povoado e outro com baixa ocupação populacional. São Joaquim e Sete Portas funcionam como centros supridores, além dos equipamentos de varejo I e II, sendo que se constatou a preferência dos consumidores por essas categorias. Aqui também se faz mister levantar a questão da mudança do comportamento dos consumidores e agentes.

4.3 Sobre as características locais dos terrenos

Os terrenos são geralmente sítios com disponibilidade de área livre e em dimensões compatíveis com a natureza do empreendimento.

Partindo de uma hierarquização das áreas do empreendimento, vejamos características de cada uma delas.

Liberdade:

O terreno está situado na periferia nordeste do bairro, na Avenida San Martim fazendo limite com o bairro de Fazenda Grande, envolvido pelas vias projetadas do Vale do Queimado, numa área total de 41.800m².

Rio Vermelho:

Fica na extremidade oeste do bairro do Nordeste de Amaralina, é de propriedade particular, com uma disponibilidade total de 35.000m².



Alagados:

Área prevista no plano de recuperação de "Alagados".

Politeama:

Não esclarece sobre as características locacionais da área, a não ser sobre sua polarização com o sistema viário e os equipamentos existentes na área.

Brotas:

Área livre situada no Vale de "Ogunjã", mas totalmente de certa, além da proximidade de conjuntos habitacionais de clas se média.

Pau da Lima:

À margem da entrada de Campinas, com disponibilidade de área livre; outro fator que se considerou importante é a abrangência de novos conjuntos habitacionais do BNH.

Cabula:

Além da disponibilidade de área livre, levantou-se a ques tão da integração com o sistema viário de vales através do "acesso norte" essa questão não está claro, já que como sa bemos o "acesso norte" será quase que totalmente utilizado para a entrada e saída de Salvador.

4.4 Funcionamento do sistema

Quanto a situação atual, levou-se em consideração os fluxos de comercialização e os problemas tradicionais existentes, constando ainda que apesar da proliferação e melhoria das cadeias de auto-serviço, um potencial muito grande da popu lação se abastece nos equipamentos tradicionais.



Os custos considerados abrangem:

- Deslocamentos dos consumidores para os locais de compra.
- Carretos e/ou deslocamentos dos produtos ao longo dos fluxos comerciais.
- Perdas de produtos por deficiências de processamento e manipulação.
- Sobre preços (over price) dos produtos decorrentes de atomização da rede varejista e consequentes deseconomias de escala.

Esses custos representam a situação atual do abastecimento alimentar de Salvador, reflexo da já mencionada ausência de uma política de abastecimento alimentar para os equipamentos existentes.

Quanto ao esquema proposto, admite-se a simplificação dos circuitos da comercialização, integração vertical do sistema de abastecimento contemplando PRODUÇÃO-ATACADO.VAREJO, ARREGIMENTAÇÃO de varejistas para efetuação de suas compras em bloco-através da "cadeira de voluntários" e uma integração efetiva dos poderes públicos - federal, estadual e municipal, não esclarecendo como se processará essa integração dos poderes públicos.

Da parte dos consumidores evidenciou-se a redução das distâncias e deslocamentos para os pontos de compra, sem levar em consideração a atitude destes em relação às mudanças de rotina e hábitos, principalmente as camadas de baixa renda habitadas a se abastecerem em São Joaquim e Sete Portas.



As questões de má qualidade e deteriorização dos produtos assim como de higienização e funcionalidade dos locais de compras, como já se disse anteriormente em outros tópicos desse trabalho, isso se deve a inexistência de qualquer trabalho e melhoria e manipulação dos equipamentos existentes.

5. CARACTERIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS

5.1 O elenco de atividades que serão desenvolvidas nos equipamentos propostos, vão desde a comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros, abrangendo cereais, estivas, latifícios, carnes, peixes, crustáceos e outros correlatos.

A oferta e o uso de espaço nos equipamentos se propõem a contemplar todas as modalidades que requerem a evolução do varejo, desde as feiras até os auto-serviços.

A proposta de reserva de área para implantação de outras atividades do tipo supermercado é bastante dissonante com o resto do programa pelas próprias contradições que encerra.

- Foi definido o seguinte esquema de agrupamento e de ocupação racional:
- Áreas cobertas e confinadas para vendas de produtos, armazenagem, administração e serviços gerais.
- Área semi-coberta para feiras livres permanentes e avulsas de produtos hortigranjeiros e correlatos.



- Refeições abrigadas.
- Área de reserva e de apoio para supermercado e atividades comerciais correlatas, que como já foi visto em parágrafo anterior desse tópico, se constitui uma contradição, já que o abastecimento alimentar deve se ater primordialmente as camadas menos favorecidas da população.
- Áreas para estacionamento, circulação e acessos.

Quanto aos critérios do dimensionamento é desnecessário.

Em relação à área - módulo unitário de vendas de $9m^2$ o critério é coerente assim como a área de $4m^2$ para a de módulo unitário para o setor de feiras-livres.

Quanto à área de $200m^2$ para depósito coletivo, esta é insuficiente levando-se em conta que este depósito deverá atender ao setor de hortigranjeiros, cereais, estivas, laticínios, carnes, peixes, crustáceos, aves e ovos.

Esta área só seria suficiente caso houvesse um depósito refrigerado para laticínios, carnes, etc, em paralelo.

5.2 Estimativa dos investimentos

Foi estimado um valor do terreno com base num valor médio para efeito de desapropriação da SURCAP, que não está explícito na estimativa.



Os valores para a construção civil estão a preços de mercado de 1976, que se considerarmos os preços de mercados atuais chegaremos a clara conclusão que estão bastante inflacionados, o que não foi levado em conta nos estudos pertinentes.

Nas obras de infra-estrutura foram estimadas inversões à base de 25% dos valores para a construção civil, questão que deve ser considerada também em termos da situação atual de mercado.

5.3 Os custos operacionais

Correspondem basicamente aos custos de operação dos equipamentos e aos custos administrativos provenientes da administração do sistema.

Os custos de administração do sistema, apresentam uma estimativa com base nas necessidades do funcionamento.

5.4 As receitas operacionais

Foram calculadas com o propósito de que as tarifas a serem cobradas não viessem a comprometer a formação de preços dos produtos ao consumidor. Todos os preços serão cobrados abaixo dos preços atuais dos equipamentos existentes, situação que se levada a risca como se pretende, deverá enfraquecê-los ou acirrar um regime de concorrência imperfeita.



Além dessa receita, haverá receitas provenientes do movimento diário do estacionamento de veículos e outras de natureza eventual.

O conjunto do programa apresenta índice de rentabilidade médio de 5,3%; o custo operacional anual da ordem de 3,5 milhões, relacionado com uma receita prevista de 8,6 milhões, nos dá uma relação percentual de 41%, que é bastante alta para empreendimento que começa, assim como de difícil alcance.

6. O MODELO INSTITUCIONAL

Chegou-se a conclusão que o modelo mais adequado para o organismo gestor do programa seria uma empresa metropolitana, sob liderança do Governo Estadual com a participação de outras instâncias do poder público (Governo Federal e Prefeituras Municipais da RMS), assim como da iniciativa privada.

Exclui-se então o caminho convencional de criação ou desdobramento das estruturas burocráticas existentes, no âmbito do serviço público, ficando sem definições os vários micro-organismos dispersos e desarticulados, que atuam segundo suas respectivas funções em questões de abastecimento alimentar na esfera da Prefeitura Municipal do Salvador.

O modelo de organização proposto coloca a Prefeitura Municipal do Salvador numa posição secundária, já que está bem claro a posição do Governo Estadual, possivelmente sob liderança da CONDER, enquanto que a posição da Prefeitura será minoritária, na situação como está bem clara, de "outras instâncias".



Tal modelo de organização, apesar de afigurar-se com os objetivos visados pelo Programa não se define em relação as questões do âmbito da Prefeitura Municipal do Salvador. Essa indagação que emerge, reside basicamente quanto a natureza desse novo organismo, assim como sua posição hierárquica na estrutura global da Prefeitura.

Antes disso, a CONDER criará um Grupo de Trabalho especial para as providências relacionadas com a implantação do Programa; onde funcionará e quais os técnicos que comporão o Grupo não foi ventilado.

São as seguintes providências:

- promover a elaboração dos projetos detalhados
- organizar e fiscalizar a implantação dos equipamentos, segundo cronograma e com escalas de prioridades definidas pelo Governador
- seleccionar os agentes usuários para os equipamentos a implantar e opinar sobre a vinculação definitiva desses agentes ao Programa de Abastecimento Alimentar da RMS e ã sua empresa gestora.
- estruturação e implantação da empresa.

Se propõe um grupo misto interinstitucional integrado pelas diversas instâncias do poder, tendo no GT da CONDER o seu instrumento hábil de apoio técnico e executivo.



7. INVESTIMENTOS E PLANO DE FINANCIAMENTO

7.1 Os investimentos são da ordem de Cr\$ 67,0 milhões, sendo Cr\$ 62,3 milhões correspondente aos investimentos fixos e Cr\$ 4,7 milhões as inversões financeiras.

O Plano de Financiamento considerou apenas a linha de crédito do BNH para obras de infra-estrutura urbana, mais outro financiamento também do BNH com repasse da CEF, quando sabemos que se oferecem várias alternativas de financiamento para esse tipo de investimento.

Prevê-se que o empreendimento terá liquidez suficiente para remunerar os investimentos do Programa na base de 10% a.a. a partir do 10º ano antes mesmo do resgate total dos empreendimentos; são cálculos bastante otimistas se considerarmos o processo inflacionário.

7.2 Esquema de usos e fontes

As inversões financeiras do lado dos usos, representam 7% do investimento global, recursos que contará a empresa para fazer face às necessidades iniciais de giro.

Do lado das fontes, os recursos de financiamento representam 55,2% do total, com recursos próprios da ordem de 44,8%; com o Governo do Estado assumindo posição majoritária.

Nesse quadro, não foi incorporado o valor do terreno.



8. BENEFÍCIOS

Considerando os requisitos formais geralmente incluídos nos critérios de avaliação se justificou a aceitabilidade do projeto, tanto do lado de sua viabilidade econômica, quanto dos seus efeitos sobre o resto da economia.

Os requisitos formais considerados foram bastante técnicos quando poderia ter sido considerado mais amplamente questões de ordem social, principalmente em termos de interesses dos consumidores que são os mais envolvidos na problemática.

- Diretos:

Se referem aos alugueis, aos fretes, as perdas e às irregularidades.

Todos os problemas citados são irrelevantes a atual situação das feiras e mercados existentes, haja vista que, nunca aconteceu uma ação modificadora sobre o conjunto do setor atualmente existente, quais sejam: os ôrgãos existentes, a legislação em vigor, os mercados implantados e as feiras existentes.

- Indiretos:

Foram tentados através de "estimativas ilustradas" com apropriação dos preços sociais a partir dos preços de mercado.

Esse esquema de quantificação dos benefícios não nos permite chegar a conclusões claras que sirvam de objeto de análise; o único ponto de importância que se deve levar em conta, é quanto aos percursos dos consumidores atuais e os propostos, - levando em conta ainda as res



pectivas áreas de influência, além da repercussão no quadro da economia urbana em termos de tráfego e circulação.

9. CONCLUSÃO

O Programa com toda a sua potencialidade se destina basicamente a implantação de novos equipamentos no setor de abastecimento alimentar da RMS, inclusive com reservas de áreas para equipamentos de auto-serviço.

Como sabemos, nas grandes cidades brasileiras menos de 40% do abastecimento alimentar são feitos por supermercados⁽²⁾. Estes no entanto, são os mais aquinhoados por apoio creditícios e que, em regra, por seu poder de competição, incluindo sua facilidade de compensar lucros internamente com outros produtos - oferecem os gêneros alimentícios a menores preços. Por outro lado, nas populosas periferias por grandes centros urbanos, áreas raramente atingidas pelos supermercados, os preços costumam ser mais elevados comprometendo inclusive os cálculos do índice de custo de vida, num fenômeno que foi classificado como "paradoxo do abastecimento".

A esse respeito, foi realizado no fim do mês de junho p.p. na Federação e Centro de Comércio de São Paulo, um Fórum de Abastecimento Alimentar, onde os debates tornaram-se representativos de uma situação nacional. Nesse fórum, as tradi

(2) VEJA, 29 de junho de 1977



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR
ORGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO - OCEPLAN

cionais feiras livres prevaleceram unanimemente não apenas como necessárias, mas fundamentais ao Abastecimento Alimentar. Daí então a preocupação básica passou a ser a de se discutir fórmulas de fornecimento mais seguros, principalmente nas áreas de menor poder aquisitivo, no sentido de propiciar às famílias de menor renda a possibilidade de adquirir alimentos em condições pelo menos semelhantes às de bairros mais abastados.

Quanto a formação de "cadeias de voluntários", esta obscura a forma de como essa formação se materializará, pois, o que esse programa de "cadeias voluntárias" se propõe resumidamente⁽³⁾, é que, pequenos armazéns, quitandas, mercearias, mercadinhos etc. de bairros, possam se abastecer em centrais de serviço, a preços e qualidade de produtos que se permitem aos supermercados⁽⁴⁾.

Restaria verificar, como ficariam os mercados da Prefeitura e as feiras livres, geralmente mal administradas, no contexto da Política de Abastecimento Alimentar para a Cidade do Salvador, que se constitui no nosso real interesse.

(3) Veja nº 449 de 13/04/1977

(4) Veja nº de 29/06/1977